

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

A política na era dos príncipes e do absolutismo.

*“Nicolau Maquiavel”*

Aluno: Moacir Pereira Alencar Júnior RA: 13910922

Na Europa Ocidental, recém-saída da economia feudal e inaugurando o sistema capitalista, firma-se o Estado Absolutista nas mãos, cada vez mais poderosas, dos príncipes. Esta época, conhecida como Renascença, propicia a circulação de bens, as navegações e as forças progressistas do desenvolvimento, tanto da burguesia urbana como do proletariado nascente e das massas rurais.

Na Itália, as florescentes e ricas cidades atingiram uma independência quase que completa, como pequenos estados rivais, o que impediu, até o Século XV, sua unificação como nação. Milão, Florença e Veneza disputavam a hegemonia do comércio com o Oriente e a supremacia política.

Neste cenário, surge o pensamento de Maquiavel. Ele busca definir o que é o poder, as formas de governo, e ainda busca propor uma ética própria ao fazer política.

Analisando este contexto histórico, Charles Tilly ressalta que os Estados se desenvolviam como consequência não planejada dos esforços que dirigentes envidavam para extrair os recursos e homens necessários para a prática da guerra. Tilly cita as cidades-estado como Gênova e Veneza [regiões de concentração de capital], destacando que os governantes destas cidades podiam obter recursos mediante a tributação do fluxo comercial e por empréstimos em dinheiro. Também dispunham de burocracias administrativas dependentes de oligarquias comerciais; e possuíam facilidade para se mobilizar rapidamente para a guerra naval.

Maquiavel apresenta sua obra-prima - O Príncipe- no início do século XV, e de certa maneira, busca advertir os homens [cidadãos comuns] quanto ao que os tiranos poderiam ser e fazer.

*“Aos ricos parecia que O Príncipe fosse um documento para ensinar o duque a tirar-lhes o que tinham e aos pobres toda a liberdade. Aos Piagnoni, o livro parecia herético, aos bons*

*desonesto, aos maus pior e mais bravos do que eles próprios, de modo que todos o odiavam,” (cit. Por Pasquale Villari, Machiavelli e Suoi Tempi, vol II,p.173)*

Segundo Maquiavel, vícios humanos criaram trilhas pecaminosas politicamente inevitáveis. O mundo que ele contemplou mostrava que os fins políticos só poderiam ser atingidos por meios moralmente maus. Sendo que o homem, já teria divorciado as províncias da política e da ética.

Maquiavel também destaca que não compreender a realidade, ignorá-la ou até mesmo menosprezá-la, sempre acabará por resultar em uma derrota. Dentro desta perspectiva, para Maquiavel, os homens, como indivíduos, buscavam finalidades diversas, e cada tipo de busca necessitaria de uma capacitação adequada. Isto necessitaria de governos, uma vez que não existiria mão oculta que conduziria atividades humanas a uma harmonia natural e espontânea.

A ideia de um governante consistiria em uma busca da consolidação da segurança, estabilidade e proteção aos grupos humanos governados, visando estabelecer instituições sociais que capacitassem estas pessoas para satisfazerem suas necessidades e aspirações.

Havia situações nas quais Maquiavel acreditava que um príncipe forte seria preferível a uma república fraca. Portanto, a prudência e a humanidade deveriam levar a um “equilíbrio” [remediando e premeditando ações]; de modo que a confiança demasiada do governante não o tornasse incauto, e a desconfiança excessiva não o fizesse intolerante.

A justiça, a temperança, a honra e a sabedoria (virtudes) - segundo Maquiavel - seria um sucesso se todos os homens fossem bons. Na essência, a meta de Maquiavel seria mostrar que temos de aceitar os homens tais como encontramos, buscando

aprimorá-los por caminhos possíveis. Estes caminhos poderiam ser obtidos em certas ocasiões apenas por meio da maldade, rompendo com as leis humanas e divinas, recorrendo, se necessário, a mercê do favor dos conterrâneos (fortuna).

Segundo Charles Tilly, em alguns séculos após o ano 1000, a Europa diferiu do mundo porque possuía a combinação de uma densa rede de cidades comerciais e múltiplos Estados independentes. A natureza da formação do Estado inicial em regiões diferentes da Europa variou com a importância relativa das cidades, o que influenciou os meios que os governantes foram obrigados a adotar para ter acesso aos recursos e homens necessários para a guerra.

Para Isaiah Berlin, Maquiavel compreendia em sua análise “uma necessidade da época”: o fato de haver chegado a hora para o nascimento do Estado moderno, centralizado, político, para cuja formação 'estabeleceu os princípios fundamentais verdadeiramente necessários'.

Para o filósofo Ernst Cassirer, avaliar ou justificar as opiniões de Maquiavel apenas como um espelho de seu tempo é uma coisa; sustentar conscientemente que ele estivesse dirigindo-se apenas a seus compatriotas, é outra, muito diferente, implicando uma falsa visão dele e da civilização a qual pertencia. A Renascença não via a si mesmo em uma perspectiva histórica. Maquiavel estava buscando – e julgou ter encontrado – verdades atemporais e universais a respeito do comportamento social.

Obcecado por autores clássicos - para Lauri Huovinen - o olhar de Maquiavel se dirigia a um passado imaginário, onde ele deduziria máximas políticas de forma não-histórica e apriorística, de axiomas dogmáticos. Este método tornava se obsoleto no tempo em que ele estava escrevendo; sob tal aspecto, sua servil imitação da antiguidade é julgada inferior ao senso histórico e ao julgamento sagaz de seu amigo de época Guicciardini. Em razão disso, pesquisadores questionam que Maquiavel não se utilizou

de um método científico moderno.

Já para Francis Bacon (assim como Spinoza), Maquiavel seria um realista supremo que sabia evitar as fantasias utópicas. Nas palavras de Bacon:

“Devemos muito a Maquiavel e outros escritores desta classe, que declararam e descrevem abertamente e sem fingimento que os fazem, e não o que deveriam fazer.”

Ao afirmar isto, Bacon explica tal afirmação destacando que para conhecer o bem é preciso que se investigue o mal; vindo a chamar tais posturas investigativas de 'sabedoria corrupta'.

Em uma carta escrita a Guicciardini, Maquiavel explicitou com as seguintes palavras: “Io credo che questo sarebbe il vero mondo ad andare in Paradiso, imparare la via dell'Inferno per fuggirla”

Portanto, Maquiavel criou uma perspectiva na qual deve se aproximar ao máximo do conhecimento que beira o inferno para dele fugir, e depois, saber como agir no paraíso. Atuou como um semeador de espinhos.

Ao matar, enganar, trair, os príncipes e republicanos de Maquiavel estavam fazendo coisas más, não aprováveis em termos de uma moralidade comum. O grande mérito de Maquiavel é não negar isto.

Segundo Jacques Maritain, em *Filosofia Moral*, Maquiavel 'jamais chamou o mal de bem e nem o bem de mal'.

Escreve Maquiavel na Dedicatória do *O Príncipe*: “Penso que é preciso ser príncipe para bem conhecer a natureza do povo, e povo para bem conhecer a dos príncipes”.

Maquiavel vê a história como um processo de constante concorrência mortal, no

qual o objetivo vital dos homens é o de serem bem-sucedidos aos olhos de seus contemporâneos e da posteridade. Ele se afasta de perspectivas idealizadas sobre os homens.

De modo similar a Hobbes, Maquiavel demonstra que seres humanos tem pouca capacidade para cooperação ou solidariedade social. A ideia de desenvolvimento de uma confiança recíproca suficiente para criar um todo social durável, era difícil de ser notado por ele, mesmo com a existência de uma violência cuidadosamente regulada.

A ideia de uma violência cuidadosamente regulada leva a questão do 'temor e do amor'. Para Maquiavel, o temor poderia vir a ser mais confiável, desde que jamais se transformasse em ódio, que destrói o mínimo de respeito que o povo tem por quem os governa.

Maquiavel destaca que a neutralidade e o apaziguamento são fatais. Portanto, de certa forma, em nossa atual realidade, em nossos séculos XX e XXI, a concorrência em uma sociedade é desejável, pois gera energia e ambição no grau adequado. A analogia entre um Estado e um povo como um indivíduo seria uma falácia. O bem-estar do Estado não é o mesmo que o bem-estar do indivíduo. O indivíduo faz a sua escolha. Ao escolher a vida de estadista, ou até mesmo a vida de um cidadão com senso cívico suficiente para querer que seu Estado seja o mais bem-sucedido e o mais esplêndido possível, o indivíduo se compromete com a rejeição do comportamento cristão. Mas o bem-estar do Estado não é o mesmo que o bem-estar do indivíduo. Eles são governados de modo diverso. Fazer concessões a moralidade corrente conduz a um trabalho malfeito, o que é sempre desprezível, e que, praticado por estadistas, leva os homens a ruína.

Para Hanna Arendt:

“O *Príncipe* é como a condensação dos *Discorsi* [os

*Comentários à Primeira Década de Tito Lívio*], os *Discorsi* são um comentário do *Príncipe*; a ênfase do *Príncipe* incide nas “monarquias”, nos *Discorsi*, sobre as “repúblicas”, mas a monarquia e a república estão presentes nas duas obras. Para Maquiavel é decisivo que ele tenha achado uma nova palavra para designar ambas. Essa palavra é Estado.”

Segundo Hanna Arendt, a religião como crença cristã é antipolítica. E é somente pela comparação das duas – a religião e a política – que podemos compreender o que Maquiavel entendia por ser político, por viver numa esfera política. Maquiavel não é um ateu moderno, que não crê em Deus. Ele quer por em risco sua alma e enfrentar a danação eterna pelo seu país.

Antonio Gramsci, em *Cadernos do cárcere*, demonstra uma grande busca pela análise da autonomia da política. O reconhecimento da autonomia da política implicava que esta não poderia ser reduzida à religião ou à ética. Gramsci encontrava em Maquiavel um precursor da filosofia da práxis em sentido pleno, ou seja, o criador de uma “ciência-ação revolucionária”.

Gramsci propunha, a respeito de *O Príncipe*, uma chave de interpretação baseada no conceito soreliano de mito, como uma criação da “fantasia concreta” que atuaria sobre um povo para despertar e organizar sua vontade coletiva com vistas à construção de um novo Estado. Daí, afirmava Gramsci, o caráter de “manifesto político” da obra de Maquiavel. Lembrando que Benedetto Croce afirmava ter sido Marx o “Maquiavel do proletariado”.

O desenvolvimento do maquiavelismo e do antimachiavelismo na tradição italiana não foi, certamente, linear e o processo de constituição de uma ciência política

na península esteve marcado por essa trajetória. Croce, já foi visto, subestimava a contribuição de Maquiavel à “arte” da política. E o próprio Mosca recusava a ideia de que Maquiavel tivesse “sido o fundador de uma verdadeira ciência política”, uma vez que teriam faltado ao florentino os conhecimentos que apenas o desenvolvimento da crítica histórica teria permitido.

Enquanto, para Merleau-Ponty, (...) Há uma maneira de desqualificar Maquiavel que é maquiavélica, e consiste no ardil piedoso daqueles que dirigem seus olhos e os nossos para o céu dos princípios para desviá-los daquilo que fazem. E há uma maneira de louvar Maquiavel que é todo o contrário do maquiavelismo, pois honra na sua obra uma contribuição à clareza política.

### **Conclusão**

Maquiavel contribui com suas obras, principalmente com *O Príncipe e os Discursos* [os *Comentários à Primeira Década de Tito Lívio*] de maneira decisiva na formulação e na consolidação de uma nova ciência – a Política. Sua análise em meio a Renascença evoca as disparidades e conflitos que são postos em prática na arena do poder.

Ele ataca certas tradições medievais e nem por isso rompe totalmente com elas. Há uma contradição existente sobre suas máximas e seu pensamento expresso. Diferentes vertentes e escolas acabam demonstrando que Maquiavel teve uma capacidade única de levar a realidade as diferentes classes sociais a partir da leitura minuciosa de uma aristocracia absolutista.

Esta construção da realidade transcendeu Monarquias e Repúblicas, e esta presente em nossa atualidade, seja ora por meios tirânicos adotados por chefes de Estado como Bashar al Assad. Ou ora por medidas democráticos, onde há uma participação decisiva da população na condução da ação de seus dirigentes.

## **Bibliografia**

**Arendt, Hanna.** Extrato de texto para curso de história das teorias políticas pronunciado por Hannah Arendt em 1955 na Universidade de Berkeley, que integra a massa de escritos inéditos da autora. Foi utilizada para a presente publicação a tradução francesa por Marie Gaille-Nikodimov publicada no número 397 (abril de 2001) de *Magazine Littéraire*. Tradução, título e acréscimos entre colchetes por Gabriel Cohn. *LUA NOVA* N° 55-56— 2002

**Berlin, Isaiah.** A originalidade de Machiavelli. A primeira versão deste *paper* foi lida em uma reunião da seção britânica da Political Studies Association em 1953.

**Bianchi, Álvaro.** Croce, Gramsci e a “Autonomia da Política”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 29, p. 15-30, nov. 2007.

**Cassirer, Ernst.** *The Myth of the State*. Editora Felix Meiner Verlag GmbH, Hamburg, 2007.

**Huovinen, Lauri.** *Das Bild vom Menschen im politischen Denken Niccoló Machiavellis*, Helsinki, 1951.

**Maquiavel, Nicolau.** *Lettere Familiari*. Carta nº179, ed. Edoardo Alvisi, Florença, 1883.

\_\_\_\_\_. *O Príncipe*. Tradução: Lívio Xavier. Rio de Janeiro, Ediouro 2001.

**Maritain, Jacques.** *Moral Philosophy*. Copyright by the Jacques Maritain Center, University of Notre Dame. All rights reserved

**Merleau-Ponty, Maurice.** “Note sur Machiavel”. in *Signes*. Paris, Gallimard, 1960, pp. 267- 283. Seleção e tradução por Gabriel Cohn. *LUA NOVA* N° 55-56— 2002.

**Villari, Pasquale.** *Machiavelli e Suoi Tempi, vol II.p. 173*

**Speeding, James; Ellis, Robert; Heath, Douglas.** The Works of Francis Bacon. London, 1858.

**Tilly, Charles.** A Coerção, O Capital e os Estados Europeus. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. EdUSP – São Paulo, 1996.